

Luta por mais verbas

Audiência na CFOP evidenciou a urgência de mais recursos para as estaduais paulistas

A luta por mais recursos para Unesp, Unicamp e USP teve um capítulo importante nesta quarta-feira, 26/11. Após algumas tentativas frustradas, a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP), da Assembleia Legislativa, conseguiu realizar uma audiência pública com a presença dos reitores da USP e Unicamp, Marco Antonio Zago e José Tadeu Jorge, e da vice-reitora da Unesp, Marilza Vieira Cunha Rudge. Tendo como tema a crise nas universidades estaduais paulistas, a audiência foi presidida pela deputada Beth Sahn – o presidente da CFOP, Mauro Bragato, está afastado por questões de saúde – e contou com a presença dos deputados Bruno Covas (PSDB), Davi Zaia (PPS), João Paulo Rillo (PT), Orlando Bolçone (PSB), Osvaldo Vergínio (PSD) e Professor Tito (PT), que fazem parte da Comissão. Também participaram Adriano Diogo (PT), Carlos Giannazi (PSOL) e Ramalho da Construção (PSDB). Servidores, docentes e estudantes encheram o auditório Teotônio Vilela.

O primeiro a falar foi o reitor da USP. Ele centrou sua exposição em números, procurando evidenciar que, até 2009, a situação da Universidade era confortável, mas que isso mudou rapidamente a partir de 2011. Tendo sempre como referência apenas os recursos advindos do ICMS - Quota parte do Estado (ICMS-QPE), ele afirmou que, em 2014, o saldo negativo deve ficar em R\$ 917 milhões, sendo que as diferenças vêm sendo cobertas com as reservas de caixa da USP.

Para Zago, as causas concentram-se em dois fatores: a ampliação “exagerada” do quadro de pessoal – os servidores passaram de 15.140 para 17.554 e os professores, de 5.678 para 6.074 – e a expansão dos salários. A solução, na ótica do reitor da USP, passa pela efetivação do Programa de Incentivo à Demissão Voluntário (PIDV), nenhuma contratação e nenhum benefício salarial que exceda a inflação nos próximos anos. Ele enfatizou o fato de que,



Reitores e deputados durante a audiência, realizada no auditório Teotônio Vilela

a partir da experiência deste ano, todas as decisões que se refiram a salários, benefícios, abonos etc. serão compartilhadas com o Conselho Universitário da USP.

Em sua primeira exposição, Zago não relacionou a expansão como razão para a crise e não citou a necessidade de mais recursos.

Autonomia e expansão

Falando na sequência, o reitor da Unicamp destacou que a implantação da autonomia universitária, em 1989, foi um divisor de águas para as estaduais paulistas. Ao aplicar o previsto na Constituição Federal, que havia sido aprovada no ano anterior, o estado de São Paulo foi além e instituiu, também, a vinculação orçamentária, des-



tinando 8,4% do ICMS - QPE para Unesp, Unicamp e USP. Para Tadeu, não há dúvidas sobre o efeito benéfico da autonomia para a qualidade destas instituições. Ele lembrou que o percentual de repasse foi ajustado por duas vezes, em 1992 (9%) e em 1995 (9,57%).

Citando dados da tabela divulgada pelo Fórum das Seis (*Quadro 1*) – e que também consta no ofício que o Cruesp encaminhou ao governo e à Alesp solicitando mais recursos – o reitor da Unicamp frisou que o número de servidores técnicos e docentes decaiu, embora os demais indicadores (número de estudantes, cursos oferecidos etc.) tenha crescido bastante. Para Tadeu, as dificuldades orçamentárias atuais das universidades têm dois fortes motivos: a retração econômica, que influencia diretamente a arrecadação do ICMS, e a forte expansão sem a contrapartida de recursos adicionais e perenes. No caso da Unicamp, lembrou, o governo assinou compromisso, em 2003, de que aumentaria o repasse em 0,05%, por conta da criação do campus de Limeira, mas isso não se concretizou.

A vice-reitora da Unesp também citou os benefícios destes 25 anos de autonomia didática e orçamentária, que se traduz num expressivo aumento dos indicadores de qualidade. Ela destacou o programa de inclusão social na instituição, que garante 25% das vagas para egressos da escola pública, aí incluídos 35% de negros/pardos/



indígenas. As demandas que surgem a partir desta inclusão, aliadas à forte expansão vivida pela Unesp nos últimos anos, no entender da vice-reitora, ampliam a necessidade de que o governo cumpra a sua parte e garanta recursos adicionais às universidades.

Cobranças

A deputada Beth Sahnão foi a primeira a falar após a exposição inicial dos reitores. Dirigindo-se ao reitor da USP, ela questionou a afirmação de que o crescimento nas contratações é uma das causas na crise orçamentária atual. Uma avaliação do quadro de evolução das universidades desde 1995, assinalou a deputada, mostra que o número de servidores e professores da USP não acompanhou a expansão do número de estudantes, cursos, *campi* etc. Ela também criticou a criação do PIDV como saída para a crise, pois levará a Universidade a perder parte de seus melhores profissionais. Para Beth Sahnão, não é aceitável que o ônus da crise recaia sobre a comunidade acadêmica.

O deputado Adriano Diogo expôs sua preocupação com a existência das fundações, “incrustadas nos departamentos, mas com vida própria”, que sequer são afetadas pela crise orçamentária das universidades. São “parasitárias”, opinou.

O deputado Carlos Giannazi cobrou o reitor da USP sobre o cumprimento da Lei 1.202/2013, que transforma os cargos de técnicos de apoio administrativo em

Quadro 1
Universidades estaduais paulistas: crescimento de 1995 a 2013

	UNESP			UNICAMP			USP		
	1995	2013	Variação	1995	2013	Variação	1995	2013	Variação
Docentes	3.497	3.730	6,7%	1.996	1.759	- 11,9%	5.056	6.008	18,8%
Técnico-administrativos	7.918	7.247	- 8,5%	8.681	8.254	- 4,9%	15.105	17.451	15,5%
Cursos de graduação	80	130	62,5%	44	68	54,5%	132	285	115,9%
Vagas em graduação / Vestibular	4.311	7.434	72,4%	1.990	3.320	66,8%	6.902	10.692	54,9%
Alunos matriculados / graduação	19.618	36.264	84,9%	9.023	18.338	103,2%	32.834	58.204	77,3%
Cursos de pós-graduação	83	233	180,7%	85	142	67,1%	476	664	39,5%
. Mestrado	-	132	-	46	74	60,9%	257	347	35,0%
. Doutorado	-	101	-	39	68	74,4%	219	317	44,7%
Alunos matriculados / pós-graduação	4.777	12.818	168,3%	8.771	16.195	67,6%	19.683	34.588	75,7%
. Mestrado	3.395	6.920	103,8%	3.830	5.263	37,4%	8.024	14.149	76,3%
. Doutorado	1.382	5.898	326,8%	2.996	6.141	105,0%	6.060	15.398	154,1%
. Especialização	-	-	-	894	1.425	59,4%	-	-	-
. Especiais	-	-	-	1.945	3.366	73,1%	5.599	5.041	- 10,0%
Títulos outorgados (total)	581	2.775	377,6%	1.044	2.256	116,1%	2.643	6.245	136,3%
. Mestrado	433	1.790	313,4%	724	1.310	80,9%	1.584	3.817	141,0%
. Doutorado	148	985	565,5%	320	946	195,6%	1.059	2.428	129,0%

Fonte: Anuários Estatísticos da Unesp, Unicamp e USP (1996-2014)



professores da Educação Básica (educação infantil, ensinos fundamental e médio). Também criticou as iniciativas do reitor para desvincular os hospitais universitários (o Centrinho, de Bauru, e o HU, de São Paulo).

Outros pontos

Em suas falas posteriores, os reitores e a vice-reitora convergiram no chamado aos deputados para que aprove a ampliação de recursos para as universidades. Respondendo a alguns dos questionamentos feitos, Zago disse que a implementação da Lei 1.202/2013 está em “estudo” na USP, que não estava preparado para discutir o tema “fundações” e que não concordava com as críticas à desvinculação dos hospitais universitários, dizendo-se defensor do SUS.

Tadeu lembrou que as universidades arcam integralmente com os proventos de seus aposentados, o que precisa ser levado em conta quando o assunto é a ampliação de recursos para estas instituições. Ele também se disse apreensivo com a tramitação de propostas que podem comprometer a autonomia universitária, em referência ao projeto de emenda constitucional de autoria do deputado Pedro Tobias (PEC 7/2014).

Marilza enfatizou a reivindicação de mudanças no teto salarial, atualmente equiparado ao subsídio do governador do Estado, e defendendo que seja de 90,25% do salário de um ministro do STF.

Momento decisivo

Falando em nome do Fórum das Seis, Francisco Miraglia enfatizou que, embora isso não fique explícito nas manifestações do reitor da USP, há coincidência de perspectivas nas propostas defendidas pelas entidades e pelo Cruesp (*Quadro 2*). Miraglia lembrou que o Fórum das Seis reivindica a cessação do desconto da Habitação; complementação de 0,7% do ICMS-QPE ainda em 2014; e a inclusão na LOA-2015 de 0,7% adicionais aos 9,57% já inscritos na Lei de Diretrizes Orçamentárias para



Francisco Miraglia fala em nome do Fórum das Seis: Momento decisivo na luta por mais verbas para as estaduais paulistas

2015 (LDO-2015). As propostas dos reitores, comunicadas ao governo no ofício Cruesp 24/2014 de 10/9/14, são análogas, com exceção do percentual: no lugar de 0,7%, reivindicam 0,337%.

Reiterando que as propostas do Fórum foram transformadas em emendas à Lei Orçamentária Anual (LOA-2015), ele frisou a necessidade urgente de que a CFOP sinalize na direção do aumento de recursos para as universidades, o que é essencial para os próximos anos.

Considerando a necessidade de negociar as emendas com o governo, o Fórum das Seis requereu audiência com o deputado Barros Munhoz, líder do governo na Alesp, e com o secretário estadual da Fazenda, Andrea Calabi. Há uma possibilidade de que a reunião com Munhoz aconteça na próxima semana, mas ainda não há confirmação.

Quadro 2 - Propostas de ampliação do financiamento das estaduais paulistas

	Fórum das Seis	Cruesp
Habitação	Cessação imediata do desconto	Idem
Aporte emergencial 2014	0,7% do ICMS-QPE	0,337% do ICMS-QPE
LOA-2015	Adicionais 0,7% aos 9,57% do ICMS-QPE	Adicionais 0,337% aos 9,57% do ICMS-QPE
LDO-2016	No mínimo, 10% do total do produto do ICMS-QPE	No mínimo, 9,907% do total do produto do ICMS-QPE ¹
Teto salarial	90,25% do subsídio de ministro do STF	Idem
Educa�o em geral	No mínimo, 33% do total do produto dos impostos	Não incluíram

¹ Embora não conste explicitamente do documento do Cruesp ao governo, os reitores informaram, na reunião de 18/9, que a base de cálculo proposta para os 9,907%   a mesma utilizada pelo Fórum das Seis